Evidências psicométricas da versão curta da Escala de Crenças acerca da Violência Sexual

Evidencias psicométricas de la versión corta de la Escala de Creencias sobre la Violencia Sexual

Psychometric Evidence of the Short Version of the Sexual Violence Beliefs Scale

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros[1]
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Tamyres Tomaz Paiva[2]
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança, Brasil
Carlos Eduardo Pimentel[3]
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Doi: https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.14872

Resumo

A violência sexual contra as mulheres constitui um importante problema de saúde pública e uma grave violação dos direitos humanos. O presente estudo tem como objetivo validar para o contexto brasileiro a versão curta da Escala de Crenças acerca da Violência Sexual (ECVS). Para tanto, foram conduzidos dois estudos independentes. No Estudo 1 ($N = 301$), realizaram-se análises da Teoria de Resposta ao Item (TRI) e Análise Fatorial Exploratória (AFE). No Estudo 2 ($N = 301$), foram conduzidas Análises Fatoriais Confirmatórias e foram investigadas evidências de validade convergente. Os resultados indicam adequados índices psicométricos para a estrutura unifatorial da medida, bem como evidências satisfatórias de validade convergente. Adicionalmente, observou-se que os homens apresentaram maior aceitação de crenças relacionadas à violência sexual quando comparados às mulheres. Em conjunto, os achados sustentam a validade da ECVS-versão curta como instrumento confiável e útil para pesquisas e em contextos clínicos, jurídicos e educacionais.

Palavras-chaves: violência contra a mulher; violência sexual; estudos de validação

[1] Autora da correspondência. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2979-185X. E-mail: livialaenny@hotmail.com
[2] ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9415-0963
[3] ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3894-5790

Para citar este artigo: Medeiros, L. L. V. P., Paiva, T. T., & Pimentel, C. E. (2026). Evidências psicométricas da versão curta da Escala de Crenças acerca da Violência Sexual. *Avances en Psicología Latinoamericana*, *44*(2), 1-20. https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.14872

Resumen

La violencia sexual contra las mujeres constituye un importante problema de salud pública y una grave violación de los derechos humanos. El presente estudio tiene como objetivo validar la versión breve de la Escala de Creencias sobre la Violencia Sexual (ECVS) para el contexto brasileño. Para ello, se llevaron a cabo dos estudios independientes. En el Estudio 1 ($N = 301$), se realizaron análisis de la Teoría de Respuesta al Ítem y un Análisis Factorial Exploratorio. En el Estudio 2 ($N = 301$), se llevaron a cabo Análisis Factoriales Confirmatorios y se examinaron evidencias de validez convergente. Los resultados muestran índices psicométricos adecuados para la estructura unifactorial de la escala, así como evidencias satisfactorias de validez convergente. Además, se observó que los hombres presentaron una mayor aceptación de creencias relacionadas con la violencia sexual en comparación con las mujeres. En conjunto, los hallazgos respaldan la validez de la versión breve de la ECVS como un instrumento confiable y útil para la investigación y en contextos clínicos, jurídicos y educativos.

Palabras clave: violencia contra la mujer; violencia sexual; estudios de validación

Abstract

Sexual violence against women is a major public health concern and a serious violation of human rights. This study aimed to validate the short version of the Beliefs about Sexual Violence Scale (BSVS) in Brazil. To do so, two independent studies were conducted. Study 1 ($N = 301$) used Item Response Theory and Exploratory Factor Analysis. Study 2 ($N = 301$) employed Confirmatory Factor Analysis and examined evidence of convergent validity. The results indicated adequate psychometric properties for the scale's unidimensional structure and satisfactory evidence of convergent validity. Additionally, men showed greater acceptance of beliefs related to sexual violence than women. Overall, the findings support the validity of the short version of the BSVS as a reliable and useful instrument for research and for clinical, legal, and educational settings.

Keywords: violence against women; sexual violence; validation studies

A violência é frequentemente associada a representações estereotipadas, como confrontos físicos. No entanto, no contexto da violência contra a mulher, também predomina uma visão limitada, geralmente centrada apenas nas violências físicas perpetradas por parceiros íntimos. Essa perspectiva reduz a complexidade do fenômeno e invisibiliza outras formas igualmente prejudiciais à saúde e ao bem-estar. A violência contra a mulher pode ocorrer por meio de diferentes manifestações, incluindo a violência física, psicológica, sexual e os comportamentos controladores (*World Health Organization* [WHO], 2020). Embora essas categorias contemplem grande parte das expressões da violência de gênero descritas intern

acionalmente, a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) estabelece uma classificação mais detalhada ao reconhecer, de forma independente, as violências patrimonial e moral (Brasil, 2006). Assim, a legislação brasileira não contradiz as classificações internacionais, mas amplia seu escopo ao conferir maior especificidade a determinadas formas de violência presentes nas relações afetivas e familiares.

No Brasil, os indicadores evidenciam a magnitude da violência que atinge as mulheres. Entre 2012 e 2022, elas corresponderam a 60.1 % das vítimas de violência registradas no país. Quando

analisados os diferentes tipos de violência, observa-se que as mulheres representaram 52 % das vítimas de violência física, 64.7 % das vítimas de violência psicológica e 86.7 % das vítimas de violência sexual (Cerqueira & Bueno, 2024). Em 2022, foram registrados 74 930 casos de estupro contra mulheres, sendo mais da metade das vítimas meninas com menos de 14 anos de idade (Amnesty International, 2024). No mesmo ano, foram contabilizados 3806 homicídios de mulheres, dos quais 2526 tiveram como vítimas mulheres negras, evidenciando a intersecção entre gênero e raça na vitimização feminina (Cerqueira & Bueno, 2024).

Entre as diferentes manifestações da violência contra a mulher, a violência sexual merece atenção especial devido à sua elevada prevalência e aos impactos físicos, psicológicos e sociais decorrentes dessa experiência. Além disso, trata-se de um fenômeno frequentemente permeado por crenças que minimizam sua gravidade e dificultam seu reconhecimento. Nesse sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023) define a violência sexual como qualquer ato ou tentativa de ato sexual realizado por meio de coerção, independentemente da relação entre agressor e vítima. Essa forma de violência assume diferentes expressões que não se restringem à penetração vaginal ou anal (Scarpati & Pina, 2017), podendo ocorrer também na ausência de consentimento expresso ou quando a vítima se encontra incapacitada para consentir, como em situações envolvendo o uso de álcool ou outras drogas (Abbey et al., 2004; Caridade, 2018). Além disso, a exposição involuntária a conteúdos pornográficos, o voyeurismo (Scarpati & Pina, 2017), a retirada não consentida do preservativo (*stealthing*) (Kifle et al., 2024; WHO, 2020) e a comercialização de conteúdos íntimos com o objetivo de obter vantagens também configuram formas de violência sexual (Caridade, 2018).

Dentro dessa categoria, existe o estupro, que é definido como um ato de penetração mediante coerção física ou psicológica na vítima. Essa penetração pode ser do próprio corpo ou de objetos. Para a legislação brasileira, o estupro é considerado crime hediondo. Isso significa que, mesmo sem resultar na morte da vítima, é classificado como um crime de alta gravidade e crueldade, não sendo passível de anistia, graça ou indulto. Além disso, a progressão de regime ocorre de forma mais lenta (Brasil, 1990). Os casos de estupro ainda são subnotificados, haja vista que muitas mulheres casadas podem sofrer atos libidinosos e não denunciá-los por medo, vergonha ou outros sentimentos que as vulnerabilizam (Souza & Adorno, 2012). Destaca-se que o estupro praticado por conhecidos, como pessoas próximas ou familiares da vítima, tendia a ser classificado como menos violento do que estupros cometidos por estranhos (Koss et al., 2018).

Essa percepção é sustentada por crenças sociais que tendem a culpabilizar e descredibilizar a vítima, ao mesmo tempo que desculpabilizam o agressor (Brickman et al., 1982). Em situações nas quais a mulher está sob efeito de alguma substância, essa lógica se intensifica, transferindo-lhe a responsabilidade pelo ocorrido, em vez de atribuí-la ao autor da violência (Linhares et al., 2022). Na literatura, esse processo de responsabilização indevida é denominado "vitimização secundária" (Brickman et al., 1982), na medida em que reforça e legitima a violência sofrida por meio de estereótipos como o da "Jezebel", expresso em discursos do tipo "ela provocou" ou "ela seduziu" (Cheeseborough et al., 2020). Ademais, evidências indicam que homens tendem a culpabilizar mais a vítima e a desvalorizá-la em maior grau do que mulheres, além de perceberem menor nível de sofrimento na vítima (Oliveira & Pereira, 2024).

O sistema cultural baseado no patriarcalismo expõe as mulheres a experiências de desigualdade de poder. Essas desigualdades são manifestadas nas relações conjugais, em que o homem detém o papel de provedor e a mulher, de dona de casa (Glick & Fiske, 1996). Na Libéria, um estudo apontou que a posição de poder dos homens na sociedade exerce influências na percepção das relações de gênero (Allen & Devitt, 2012). Esse mesmo sistema não difere do observado no Brasil, em que as pessoas que apoiam um sistema baseado no sexismo também apoiam uma desigualdade de poder e os princípios de justiça (Paiva & Pereira, 2021), inclusive descredibilizando a vítima por ser mulher (Tavares et al., 2024). Isto é, aos homens são permitidos todos os direitos, enquanto à mulher são permitidos apenas em um ambiente restrito, em que o marido esteja presente (Paiva & Pereira, 2021). Algumas atitudes, que possuem como componente as crenças, podem ser usadas pelos perpetradores para justificar o pós-agressão, como expectativas de sair nos encontros para fazer sexo, consumir álcool e percepções errôneas de intenção sexual (Wegner et al., 2015).

Todo esse processo é sustentado por crenças que legitimam diferentes formas de violência contra as mulheres, contribuindo para a diminuição da autoestima e para a naturalização de relações abusivas (Paiva et al., 2017). Essas crenças podem minimizar, justificar e até mesmo invisibilizar diversas formas de violação, incluindo aquelas de natureza sexual, especialmente quando não envolvem o uso explícito da força física para a obtenção do ato sexual (Martins et al., 2012). Nesse contexto, os mitos de estupro configuram-se como um dos principais mecanismos de negação e legitimação da violência sexual, uma vez que favorecem a culpabilização da vítima, a não culpabilização do agressor e a banalização da agressão sofrida (Murray et al., 2023).

Diante desse cenário, Martins et al. (2012) desenvolveram a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), baseada em uma medida anterior elaborada por Machado et al. (2008), destinada a avaliar o grau de tolerância e aceitação em relação ao uso da violência sexual. A versão original foi construída a partir de observações clínicas de pessoas em situação de violência e de uma ampla revisão da literatura, sendo composta por 29 itens, que abordavam crenças relacionadas à violência sexual. Posteriormente, a ECVS passou por um processo de validação na Universidade do Minho, durante o qual foram realizadas adaptações nos itens para uma linguagem não generificada, o que possibilitou a identificação tanto de homens quanto de mulheres como potenciais agressores (Martins et al., 2012), apesar de as mulheres serem maioria enquanto vítimas de violência sexual. Além disso, foram incorporados elementos que favorecessem uma reflexão mais abrangente sobre o fenômeno da violência sexual. Ao final desse processo, a versão validada da escala passou a ser composta por 30 itens.

Considerando a relevância de avaliar as crenças relacionadas à violência sexual no contexto brasileiro, o presente estudo teve como objetivo validar a versão curta da ECVS. A disponibilização de uma medida mais breve pode favorecer sua aplicação em diferentes contextos de pesquisa e intervenção, uma vez que reduz a fadiga dos participantes, otimiza o tempo de resposta e possibilita a avaliação do construto com menos itens, sem comprometer a qualidade psicométrica do instrumento. Para tanto, foram realizados dois estudos. O primeiro buscou verificar (a) a calibração dos itens como a discriminação e (b) a dificuldade dos itens, por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), além de aplicar a Análise Fatorial Exploratória (AFE) e verificar a precisão da medida. O segundo, por sua vez, buscou confirmar, por meio da Análise Fatorial Confirmatória (AFC) da ECVS, a estrutura fatorial e sua validade convergente.

Método

Estudo 1 — Validade de conteúdo e validade de construto

Nesta etapa, buscou-se reunir evidências iniciais de validade do instrumento. A validade de conteúdo foi realizada com o objetivo de verificar a representatividade, clareza, pertinência e adequação teórica dos itens em relação ao construto avaliado, assegurando que o instrumento contemplasse adequadamente os domínios conceituais propostos. A AFE foi empregada para investigar a estrutura interna do instrumento, identificando a organização dos itens e o número de fatores subjacentes (Hutz et al., 2015).

Participantes

Participaram do estudo 301 pessoas, com idades entre 18 e 59 anos (M = 23.6; DP = 6.67), residentes predominantemente na Região Nordeste do Brasil. A maioria se identificou como do sexo feminino (64.8 %), solteira (88.4 %), heterossexual (75.5 %) e pertencente à classe média (41.5 %). Quanto à escolaridade, predominou o ensino superior incompleto (100 %). No que se refere à religiosidade, 29.9 % dos participantes declararam-se católicos e apresentaram níveis moderados de religiosidade. Em relação ao status relacional, 40.5 % dos participantes relataram estar em um relacionamento amoroso do tipo namoro, dos quais 60.6 % mantinham a relação há mais de dois anos. Para avaliar a ocorrência de violência conjugal, os participantes responderam se já haviam experienciado algum tipo de violência perpetrada por parceiro(a) íntimo(a) ao longo de seus relacionamentos. Os resultados indicaram que 189 participantes (62.2 %) relataram nunca ter sido vítima de violência conjugal, enquanto 112 (37.8 %) afirmaram já ter vivenciado pelo menos uma forma de violência nesse contexto.

Instrumentos

A ECVS, desenvolvida por Martins et al. (2012) com base em outra medida, como a "Escala de Crenças sobre a Violação (ECV)" (Machado et al., 2008) e validada recentemente para o Brasil por Moura et al. (2021). A presente medida apresenta como diferencial em relação à ECV (Machado et al., 2008) o foco em avaliar crenças acerca da violência sexual, medindo o grau de aceitação dos participantes quanto ao uso de violência sexual. A ECVS é composta por 30 itens, sobre os quais os participantes devem se posicionar em termos de grau de concordância/discordância, mediante uma escala de Likert com cinco opções de resposta, que variam desde 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Procedimentos

Inicialmente, submeteu-se o estudo ao comitê de ética de uma instituição pública. Com a emissão do parecer favorável (CAAE: 50287521.0.0000.5188; parecer 4.929.98), iniciaram as análises, divididas em duas etapas: análises preliminares (análise de juízes) e análise principal (Análise Fatorial Exploratória, [AFE]).

A primeira etapa consistiu na análise de juízes especialistas. Para tanto, os participantes foram convidados por e-mail, acompanhado de uma carta explicativa com os objetivos do estudo e com a solicitação de colaboração na avaliação dos itens. A seleção dos juízes foi realizada com base em seus currículos na Plataforma Lattes, considerando como critérios mínimos a formação em Psicologia e a titulação de doutorando(a) ou doutor(a) em Psicologia, além da experiência acadêmica e/ou profissional em temáticas relacionadas à violência. Participaram dessa etapa sete juízes especialistas, todos psicólogos, com idades entre 25 e 31 anos ($M = 27.20$; $DP = 4.02$), sendo cinco mulheres e dois homens. Os participantes possuíam experiência em pesquisas e intervenções voltadas para temas como violência contra a mulher, violência entre parceiros íntimos, violência no namoro, discriminação, preconceito e homofobia.

Os 30 itens do instrumento foram submetidos à avaliação dos juízes, sendo apresentadas duas versões de tradução para cada item. Os especialistas analisaram cada versão quanto às equivalências semântica, linguística, cultural e conceitual, bem como em relação à clareza da redação, conforme as recomendações propostas por Beaton et al. (2000). Além disso, os juízes indicaram a versão considerada mais adequada para a adaptação do instrumento ao contexto brasileiro e puderam sugerir modificações quando necessário. A avaliação dos itens foi realizada por meio de uma escala de 0 a 10, em que 0 indicava nenhuma adequação aos critérios avaliados e 10 indicava adequação total. Além da atribuição dos escores, os juízes puderam apresentar sugestões relacionadas à redação, clareza, equivalência semântica e adequação cultural dos itens.

O coeficiente de validade de conteúdo foi calculado para cada item, adotando-se como critério de adequação valores superiores a 0.80 (Dimitrov, 2012). Os resultados indicaram que todas as versões selecionadas para a adaptação do português de Portugal para o português do Brasil apresentaram coeficientes superiores a 0.90, o que evidenciou elevado grau de concordância entre os especialistas quanto à adequação dos itens, para todos os itens. Na literatura, valores dessa magnitude são considerados indicativos de validade de conteúdo, sugerindo que os itens representam adequadamente o construto avaliado e apresentam boa clareza para a população-alvo. Após essa etapa, foi conduzida uma entrevista cognitiva com 10 estudantes do primeiro período do curso de Psicologia. Os participantes foram instruídos a ler os itens em voz alta, responder ao instrumento e relatar eventuais dificuldades de compreensão. Ao final, foram questionados sobre a clareza da redação e o entendimento do conteúdo dos itens. Nenhum participante sugeriu alterações semânticas ou de redação, indicando que os itens foram considerados compreensíveis e adequados para a aplicação na população-alvo.

A segunda etapa do estudo consistiu na realização da AFE. Para isso, o instrumento foi disponibilizado em formato eletrônico por meio da plataforma Google Forms. Inicialmente, os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que apresentava os objetivos da pesquisa, os critérios de participação, os possíveis riscos e benefícios, a garantia de anonimato e confidencialidade das informações, bem como o caráter voluntário da participação. Somente após a concordância com o TCLE, os participantes eram direcionados ao questionário.

A coleta de dados ocorreu entre agosto e setembro de 2021, período marcado pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia de covid-19, motivo pelo qual todas as etapas foram realizadas

virtualmente. A divulgação da pesquisa foi feita por meio de redes sociais (Instagram, Facebook e WhatsApp), utilizando a estratégia de amostragem por conveniência e o método bola de neve, no qual os participantes eram convidados a compartilhar o link da pesquisa com outras pessoas que atendessem aos critérios de inclusão.

Como critério de inclusão, os participantes deveriam ter idade igual ou superior a 18 anos, estar regularmente matriculados em uma Instituição de Ensino Superior (IES) e concordar em participar voluntariamente da pesquisa. Foram excluídos questionários preenchidos de forma incompleta ou que não atendessem aos critérios estabelecidos. O tempo médio de resposta ao instrumento foi de aproximadamente 10 minutos. A amostra foi do tipo não probabilística por conveniência, composta por participantes que aceitaram voluntariamente colaborar com o estudo. Não foi oferecida qualquer forma de remuneração, bonificação acadêmica ou benefício material pela participação. Os participantes foram informados de que poderiam interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo acadêmico, profissional ou pessoal.

Todos os procedimentos éticos observaram os princípios estabelecidos a Carta Circular 1/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (SECNS/MS), para pesquisas realizadas em ambiente virtual, bem como as diretrizes previstas na Lei 14.874/2024, que dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, regulamentada pelo Decreto 12.651/2025, assegurando a proteção da dignidade, dos direitos, da privacidade e do bem-estar dos participantes da pesquisa.

Análise de dados

Foram realizadas as seguintes análises: o CVC (Dimitrov, 2012), com o auxílio do Excel. Considerando o objetivo de reunir evidências para uma medida curta, adotou-se a TRI, com a análise da calibração dos itens, incluindo parâmetros de discriminação, dificuldade, curva de informação e curva característica dos itens, por meio do software RStudio.

Também se utilizou a Teoria Clássica dos Testes (TCT), que incluiu o teste KMO e o teste de esfericidade de Bartlett, com o objetivo de verificar a adequação da amostra para a análise fatorial. Realizou-se ainda a análise fatorial por fatoração dos eixos principais, além da avaliação da consistência interna por meio do alfa (α) de Cronbach e do ômega (ω) de McDonald. Todas as análises foram executadas no software Rstudio (versão 2026.08.2) usando o pacote Lavaan e para elaboração das figuras o pacote SemPlot.

A combinação entre TCT e TRI se justifica por oferecer uma avaliação mais abrangente das propriedades psicométricas do instrumento. Enquanto a TCT fornece indicadores globais de confiabilidade e estrutura fatorial da escala, a TRI permite examinar o funcionamento individual dos itens, com maior precisão, especialmente em instrumentos curtos. Dessa forma, a integração dessas abordagens possibilita maior robustez na reunião de evidências para a validação da medida (Boateng et al., 2018).

Resultados

Inicialmente, realizou-se a análise pela TRI para identificar quais itens apresentavam propriedades psicométricas adequadas para compor o traço latente. A partir da curva de informação (ver Figura 1), observa-se que alguns itens se concentram em níveis de *theta* (θ) inferiores a 2. O parâmetro θ representa o nível do traço latente do indivíduo necessário para endossar determinado item.

Os itens 3, 13, 16, 21 e 22 apresentaram curvas de informação mais elevadas e estreitas, concentrando grande quantidade de informação em faixas específicas do traço latente. Esse padrão é compatível com um comportamento análogo ao de distribuições leptocúrticas, caracterizado por elevada precisão em regiões específicas de θ. Em contrapartida, os itens 4-7, 9-12, 14, 20, 23, 24, 27-30 apresentaram curvas com dispersão moderada e níveis intermediários de informação, aproximando-se de um padrão mesocúrtico. Por sua vez, os itens 1, 2, 8, 15, 17-19, 25 e 26 exibiram curvas mais baixas e amplas, sugerindo um padrão semelhante ao platicúrtico, com menor concentração de informação e reduzida capacidade discriminativa. Em conjunto, os resultados indicam que a escala é composta predominantemente por itens com níveis moderados a elevados de informação, embora alguns itens contribuam de forma limitada para a precisão da medida. Além disso, a maior parte das curvas concentrou-se em níveis positivos de θ, o que sugere maior sensibilidade do instrumento para avaliar indivíduos com níveis mais elevados de aceitação ou legitimação da violência sexual.

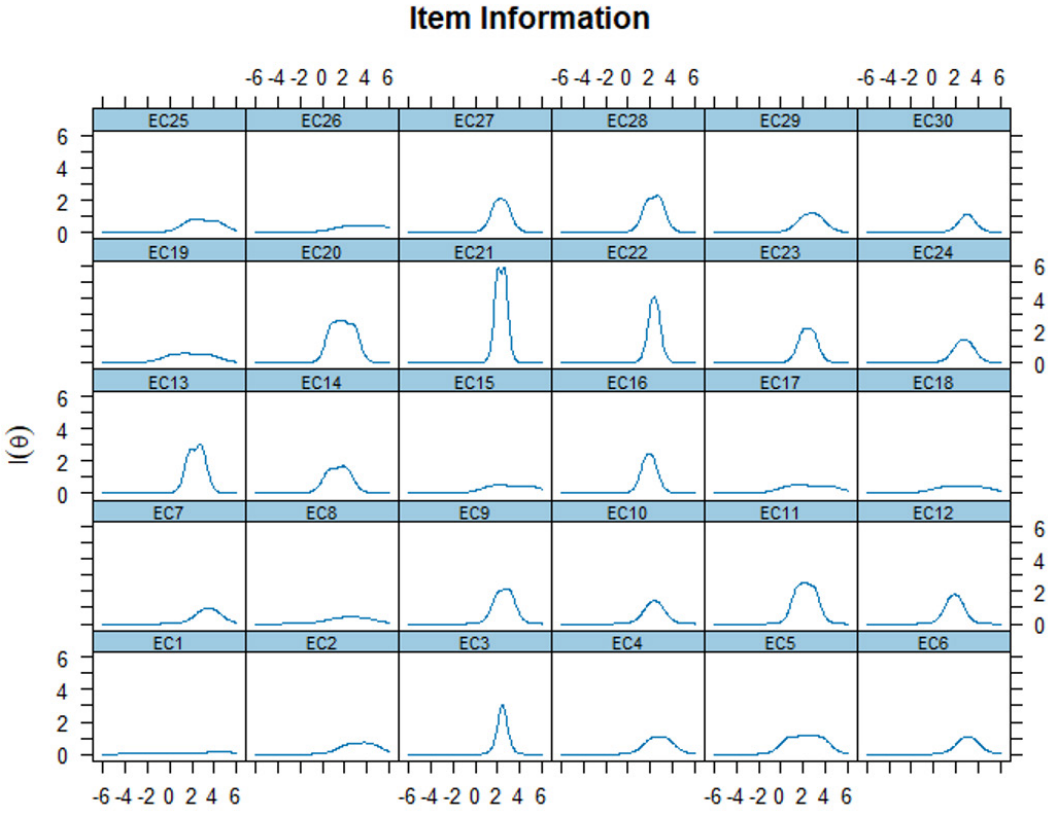


Figura 1. *Curva de informação dos itens*
Fuente: elaborada pelo programa Rstudio.

A calibração dos itens foi realizada a partir da estimativa dos parâmetros de discriminação (*a*) e dificuldade (*b*). O parâmetro *a* indica a capacidade do item de diferenciar indivíduos com distintos níveis do traço latente, sendo desejáveis valores positivos entre 0.8 e 2.50. Nesse contexto, apenas o item 1 apresentou valor inferior ao esperado ($a = 0.61$), o que sugere baixa capacidade discriminativa ao longo do *continuum* do traço.

O parâmetro *b*, por sua vez, refere-se à dificuldade do item, isto é, ao nível de *theta* (θ) necessário para o endosso das categorias de resposta. Embora não possua limites fixos, espera-se que seus valores se distribuam no mesmo intervalo de θ (geralmente entre - 4 e 4), assegurando que o item seja informativo ao longo do traço. Observou-se que alguns itens (4, 5, 10-14, 21-24, 27-29) não apresentaram valores adequados na transição entre as categorias superiores (4 e 5), conforme indicado pelo parâmetro *b4* (ver Tabela 1). Esse resultado indica maior dificuldade de endosso nessas categorias, limitando a capacidade dos itens de captar níveis mais elevados do traço latente. Tal limitação também é evidenciada na curva característica dos itens (Figura 2), na qual se observa menor probabilidade de resposta nas categorias superiores.

Tabela 1.
Discriminação e dificuldade dos itens

	A	***b1***	***b2***	***b3***	***b4***
EC1	0.61	0.29	3.57	4.55	7.27
EC2	1.50	2.29	3.48	3.96	4.43
EC3	3.50	2.43	NA	NA	NA
EC4	1.87	2.06	2.81	3.45	NA
EC5	1.97	0.66	1.84	2.65	3.72
EC6	1.93	2.69	3.41	NA	NA
EC7	1.77	3.01	3.55	3.94	NA
EC8	1.15	1.48	2.04	2.95	3.62
EC9	2.68	2.01	2.81	3.13	NA
EC10	2.19	1.99	2.69	NA	NA
EC11	2.87	1.42	2.06	2.27	3.01
EC12	2.47	1.50	2.20	NA	NA
EC13	3.18	1.80	2.63	2.93	NA
EC14	2.36	0.62	1.63	2.19	NA
EC15	1.31	1.55	2.54	4.88	NA
EC16	2.81	1.60	2.18	NA	NA
EC17	1.23	0.75	1.32	2.39	4.42

	A	*b1*	*b2*	*b3*	*b4*
EC18	1.21	0.85	1.36	2.55	4.31
EC19	1.31	0.24	1.15	2.22	3.52
EC20	2.95	0.77	1.43	2.04	2.87
EC21	4.77	2.01	2.63	NA	NA
EC22	3.71	2.13	2.55	NA	NA
EC23	2.76	2.00	2.81	NA	NA
EC24	2.21	2.30	3.10	NA	NA
EC25	1.65	1.83	2.62	4.14	NA
EC26	1.17	2.04	3.09	3.81	5.40
EC27	2.70	1.88	2.68	NA	NA
EC28	2.74	1.75	2.57	2.88	NA
EC29	1.95	2.08	2.86	3.35	NA
EC30	2.14	2.97	NA	NA	NA

Fuente: elaborada pelos próprios autores.

A análise das curvas características dos itens (Figura 2) mostra ainda que a categoria 1, posicionada mais à esquerda, apresenta maior probabilidade de endosso, sendo mais facilmente escolhida pelos participantes. Em contraste, a categoria 5, deslocada à direita, exige níveis mais elevados do traço latente. Verificou-se, adicionalmente, que alguns itens apresentaram respostas concentradas em uma única categoria. Esse padrão foi observado nos itens 3 (“Só são vítimas de violência sexual as pessoas indecentes”) e 30 (“Se uma pessoa não é mais virgem, a violência sexual é menos grave”), com predominância da categoria 1 (discordo totalmente). Essa ausência de variabilidade indica baixa capacidade discriminativa e ausência de gradação entre níveis do traço, comprometendo a utilidade desses itens. Assim, recomenda-se sua exclusão em análises posteriores, com o objetivo de aprimorar a sensibilidade e a qualidade psicométrica da escala.

Apesar das limitações identificadas na TRI, optou-se por excluir apenas os itens que não contribuíram de forma significativa nos níveis de *theta* e aqueles com endosso concentrado em uma única categoria, isto é, 11 itens ao total. Os demais itens, que apresentaram pelo menos quatro categorias de resposta, foram mantidos para análises subsequentes pela TCT. Essa decisão permite investigar o comportamento conjunto dos itens e sua estrutura fatorial, contribuindo para uma compreensão mais robusta da formação do traço latente antes de decisões definitivas de exclusão.

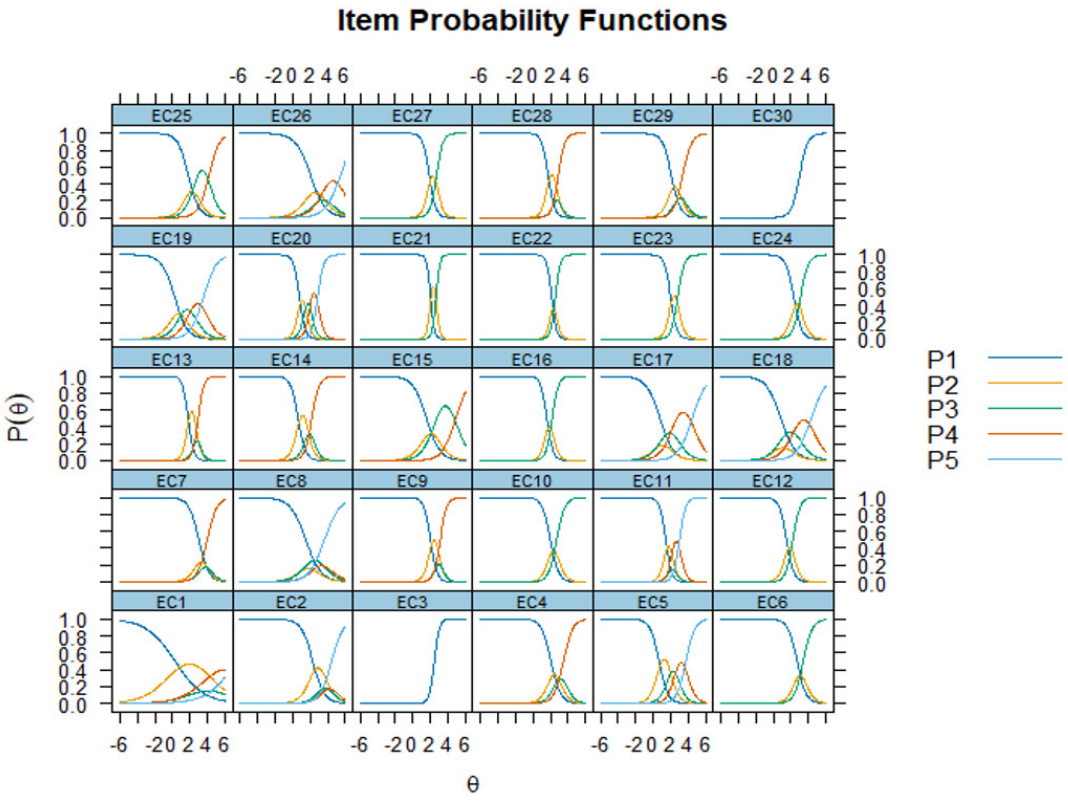


Figura 2. *Curva característica dos itens*
Fuente: elaborada pelo programa Rstudio.

Teoria Clássica dos Testes

Por meio da TCT, realizou-se a AFE sem fixação prévia do número de fatores. Inicialmente, observou-se que os itens se agruparam de forma dispersa, sem convergência com a estrutura fatorial proposta por Martins et al. (2012). Diante disso, optou-se pela extração de um único fator. Nessa solução, o critério de Kaiser indicou valor próprio de 5.23, o que explica 30 % da variância total. O teste de esfericidade de Bartlett apresentou resultado significativo ($X^2 = 1950$; $gl = 153$; $p < 0.001$), o que indica adequação dos dados para a análise fatorial.

Os itens 6 (e.g., "forçar a parceira(o) a ter relações sexuais não é violência sexual"), 7 (e.g., "estupro não é um problema tão grande quanto as feministas afirmam") e 24 (e.g., "se uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais é uma forma de expressão do amor e envolvimento") foram excluídos por não apresentarem carga fatorial mínima aceitável (0.30) em nenhum fator (Tabela 2). As comunalidades (h^2), que indicam a proporção da variância de cada item explicada pelo fator, também foram analisadas. Itens com comunalidades inferiores a 0.50 foram considerados pouco representativos do construto e, por isso, suprimidos. Após a exclusão desses itens, avaliou-se a consistência interna da escala. Os resultados indicaram alfa (α) de Cronbach = 0.85 e ômega (ω) de McDonald = 0.85 (IC 95 % [0.82: 0.88]), valores considerados estatisticamente satisfatórios, o que evidencia boa confiabilidade do instrumento.

Tabela 2.
Análise Fatorial Exploratória

Itens	Fator	h²
4. Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem violência sexual.	0.48	0.76
5. As pessoas afirmam que foram vítimas de violência sexual quando querem se vingar de alguém.	0.56	0.67
6. Forçar o(a) parceira(o) a ter relações sexuais não é violência sexual.	-	-
7. Estupro não é um problema tão grande quanto as feministas afirmam.	-	-
9. Se não tiver violência física, não se pode dizer que o ato sexual foi forçado.	0.62	0.61
10. Quando as mulheres dizem "não" (ao sexo), muitas vezes, querem dizer "sim".	0.49	0.75
11. Se uma pessoa provoca sexualmente a outra, não se pode depois acusar que foi violentada.	0.60	0.63
12. A maioria das acusações de violência sexual é falsa ou exagerada.	0.57	0.67
13. Se uma pessoa se expõe (por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação), é sua culpa se for vítima de uma violência sexual.	0.65	0.56
14. Muitas acusações são inventadas quando as(os) parceiras(os) expressam o desejo de terminar a relação.	0.52	0.72
16. Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar, então a agressão sexual não é grave.	0.56	0.68
20. Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem de terem feito sexo.	0.52	0.72
21. Se uma pessoa que sofreu violência sexual tiver comportamento indecente então, a violência sexual não é grave.	0.65	0.57
22. Forçar o namorado(a) a ter relações sexuais não é violência sexual.	0.59	0.64
23. Uma denúncia de violência sexual realizada dias após o ato cometido, provavelmente, não é verdadeira.	0.54	0.70
24. Se uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais é uma forma de expressão do amor e envolvimento.	-	-
27. Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então, parte da culpa é dela.	0.56	0.65
28. Se uma pessoa aceita alguma carícia ou beijos, então ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa.	0.58	0.80
29. Se uma pessoa não quiser mesmo ser violentada, ela consegue se defender.	0.43	0.76
Número de itens	**19**	

Nota: itens com cargas menores que 0.30 foram suprimidos da tabela.
Fuente: elaborada pelos próprios autores.

A média geral de respostas foi de 1.15 (*DP* = 0.26), o que indicou baixa adesão, de modo geral, às crenças acerca da violência sexual. Entretanto, a análise por meio do teste *t* para amostras independentes ($t = 4.41$; $gl = 299$; $p < 0.001$; IC 95 % [0.08: 0.22], $d = 0.51$) revelou diferenças significativas entre os sexos. Os homens apresentaram maior média de aceitação dessas crenças ($M = 1.26$; $DP = 0.38$) em comparação às mulheres ($M = 1.11$; $DP = 0.19$).

Estudo 2 — Evidências de validade baseadas na estrutura interna e na relação com variáveis externas

Nesta etapa, foram reunidas evidências de validade de construto com base na estrutura interna do instrumento e em sua relação com variáveis externas. Inicialmente, realizou-se uma AFC com o objetivo de testar empiricamente a adequação do modelo fatorial proposto pelo estudo 1, verificando o grau de correspondência entre a estrutura teórica da medida e os dados observados por meio de índices de ajuste recomendados pela literatura psicométrica (Hutz et al., 2015). Além disso, foram obtidas evidências de validade baseadas na relação com variáveis externas por meio da análise de correlação da EVCS e os da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro. Considerando a proximidade conceitual entre os construtos, esperava-se que indivíduos com maiores níveis de crenças acerca da violência sexual apresentassem maior aceitação de mitos relacionados ao estupro.

Participantes

Participaram do estudo 301 pessoas, com idades entre 18 e 61 anos ($M = 23.4$; $DP = 7.33$), residentes predominantemente na Região Nordeste do Brasil. Em relação às características sociodemográficas, a maioria dos participantes se identificou como do sexo feminino (64.8 %), solteira (86.4 %), heterossexual (73.1 %) e pertencente à classe média baixa (40.9 %). Quanto à religiosidade, observou-se predominância de participantes com nível intermediário de religiosidade católicos (29.2 %). Quanto à escolaridade, predominou o ensino superior incompleto (100 %). No que se refere ao status relacional, 45 % dos participantes relataram estar em um relacionamento amoroso do tipo namoro, dos quais 56.5 % mantinham a relação há mais de dois anos. Para avaliar a ocorrência de violência conjugal, os participantes responderam se já haviam experienciado algum tipo de violência perpetrada por parceiro(a) íntimo(a) ao longo de seus relacionamentos. Os resultados indicaram que 189 participantes (62.8 %) relataram nunca ter sido vítimas de violência conjugal, enquanto 112 (37.2 %) afirmaram já ter vivenciado pelo menos uma forma de violência nesse contexto.

Instrumentos

A ECVS, versão curta, foi aplicada com apenas 16 itens (conforme a Tabela 2, do Estudo 1). Os participantes se posicionaram em termos de grau de concordância/discordância mediante uma escala de Likert com cinco opções de resposta, que variam desde 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

A Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro (*Illinois Rape Myth Acceptance Scale*), desenvolvida por Payne et al. (1999) e validada por Scarpati et al. (2014), com 25 itens, distribuídos em quatro fatores — Responsabilização da mulher, Minimização da gravidade, Desculpa feminina e Instinto masculino — analisáveis que devem ser respondidos em uma escala tipo Likert de cinco pontos, variando de 1 (discordo) a 5 (concordo).

Análise dos dados

A AFC foi realizada no software JASP, utilizando o estimador *Diagonally Weighted Least Squares*, adequado para dados ordinais. A adequação do modelo foi avaliada por meio de diferentes índices de ajuste.

Foram considerados o qui-quadrado em relação aos graus de liberdade (χ^2/gl), com valores inferiores a 3.0, o que indica bom ajuste; o *Goodness-of-Fit Index* (GFI), o *Comparative Fit Index* (CFI) e o *Tucker-Lewis Index* (TLI), para os quais valores acima de 0.90 são considerados aceitáveis; e o *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), cujos valores de até 0.08 indicam ajuste adequado (Kline, 2015). Também foi considerado o *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR), cujos valores inferiores a 0.10 são indicativos de bom ajuste (Kline, 2015). O *Expected Cross-Validation Index* (ECVI) indica o quanto o modelo tende a se ajustar a uma nova amostra da mesma população. Em outras palavras, ele estima a capacidade de generalização do modelo (Kline, 2015). Adicionalmente, avaliou-se a consistência interna do instrumento por meio do alfa (α) de Cronbach e do ômega (ω) de McDonald.

Para a verificação da validade convergente externa, utilizou-se a Escala de Mito de Estupro (Scarpati et al., 2014). Foram realizadas correlações bivariadas de Pearson, com o objetivo de observar as associações entre as variáveis. Todas as análises foram executadas por meio do software JASP. Além disso, realizou-se um teste *t* para identificar se há diferenças no endosso entre os sexos feminino e masculino.

Procedimentos

A aplicação do instrumento foi realizada de forma on-line por meio da plataforma Google Forms, juntamente com o TCLE. O tempo médio de resposta foi de aproximadamente 15 minutos. A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2021, período marcado pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia de covid-19.

Como critério de inclusão, os participantes deveriam estar regularmente matriculados em um curso de graduação de uma IES e concordar voluntariamente em participar da pesquisa. Todos os procedimentos éticos seguiram as diretrizes estabelecidas pela Carta Circular 1/2021 da Conep/SECNS/MS para pesquisas realizadas em ambiente virtual. Ressalta-se que tais procedimentos estão em consonância com os princípios atualmente previstos na Lei 14.874/2024 e no Decreto 12.651/2025, que regulamentam a pesquisa com seres humanos no Brasil.

Resultados

Realizou-se a AFC com os itens da ECVS em um modelo unidimensional. Os índices de ajuste indicaram bom ajuste do modelo: χ^2 = 68.650; *gl* = 104; *p* = 0.99; CFI = 1.00; TLI = 1.08; RMSEA = 0.00 (IC 90 % [0.00: 0.00]); SRMR = 0.10; ECVI = 0.44. Todas as cargas fatoriais (*lambdas*, λ) foram estatisticamente diferentes de zero ($p < 0.001$), com exceção dos itens 4 e 22. Os itens 4 ("Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem violência sexual"; $\lambda = 0.29$) e 22 ("Forçar o namorado(a) a ter relações sexuais não é violência sexual"; $\lambda = 0.12$) não atingiram a carga fatorial mínima recomendada de 0.30, o que indicou baixa representatividade do fator. Por essa razão, optou-se por excluí-los. Após a exclusão, a versão final ficou com 14 itens, que pode ser visualizado na Figura 3, obtendo valores de χ^2 = 28.911; *gl* = 65; *p* = 0.99; CFI = 1.00; TLI = 1.10; RMSEA = 0.00 (IC 90 % [0.00: 0.00]); SRMR = 0.10, ECVI = 0.27. Ao comparar os modelos, percebe-se que o ECVI indica o potencial de generalização do modelo para outras amostras, valores menores refletem melhor ajuste esperado em replicações futuras. Portanto, o modelo com ECVI = 0.27 apresenta maior estabilidade e maior probabilidade de se ajustar bem a novos dados, sendo preferível ao modelo com ECVI = 0.44. A consistência interna da escala foi satisfatória, com alfa (α) de Cronbach = 0.85 e ômega (ω) de McDonald = 0.85 (IC 95 % [0.82: 0.87]).

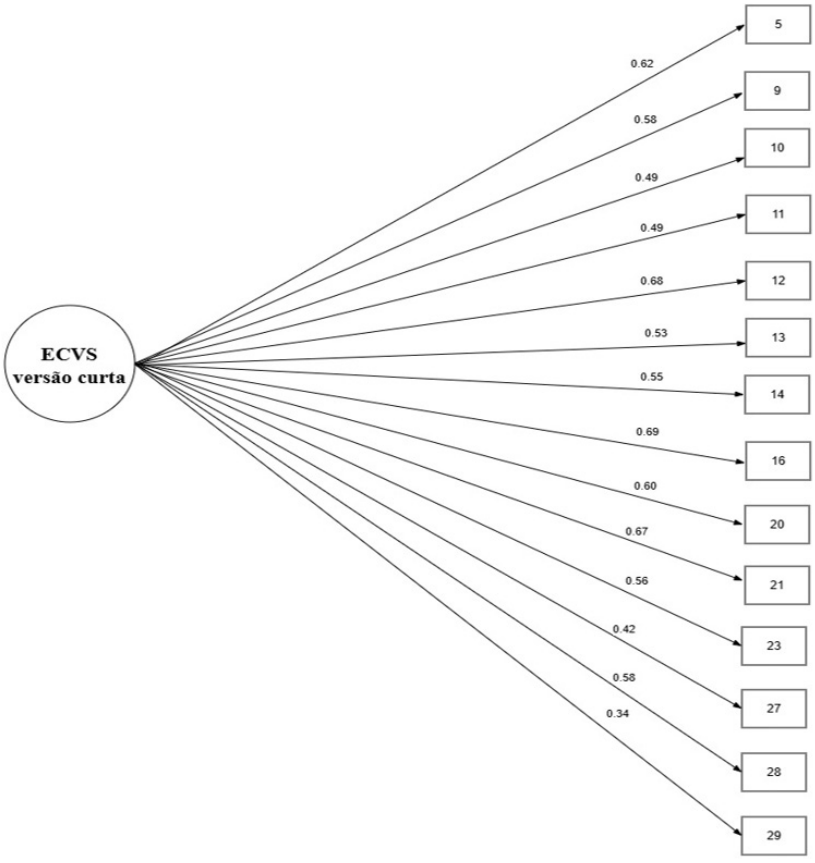


Figura 3. *Estrutura da ECVS*

Fuente: elaborada pelo programa Jasp.

Com a finalidade de reunir evidências adicionais acerca do modelo fatorial proposto, investigou-se a validade baseada nas relações com variáveis externas, especificamente a validade convergente. Para isso, realizaram-se análises de correlação com construtos teoricamente semelhantes. De modo geral, as crenças acerca da violência sexual apresentaram correlações positivas com os quatro fatores da Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro: responsabilização da mulher ($r = 0.72$; $p < 0.01$), minimização da gravidade ($r = 0.48$; $p < 0.01$), desculpa feminina ($r = 0.73$; $p < 0.01$) e instinto masculino ($r = 0.53$; $p < 0.01$). Esses resultados indicam que maiores níveis de crenças acerca da violência sexual estão associados a maior aceitação de mitos do estupro, conforme esperado teoricamente.

A média da frequência de respostas foi de 1.17 ($DP = 0.29$), o que indicou baixa adesão, de modo geral, às crenças acerca da violência sexual. Entretanto, a análise por meio do teste *t* para amostras independentes ($t = 2.82$; $gl = 176.99$; $p = 0.005$; IC 95 % [0.03: 0.19], $d = 0.43$) identificou diferenças significativas entre os sexos. Os homens apresentaram maior média de aceitação ($M = 1.24$; $DP = 0.33$) em comparação às mulheres ($M = 1.13$; $DP = 0.26$).

Discussão

O estudo teve o objetivo validar para o contexto brasileiro uma escala elaborada no contexto português e validada (Martins et al., 2012). A medida exibida pelos autores apresenta uma versão de 30 itens, como nosso objetivo era validar uma medida curta, realizou-se a análise da TRI com a finalidade de eliminar itens que não contribuíssem de fato para a formação do traço latente. Nesta análise, verificou-se que 11 itens, ao todo, não conseguiriam atingir todos os critérios da calibração dos itens. Em seguida, foram realizadas análises da TCT com a AFE e com a Confirmatória; com isso, verificou-se que cinco itens não apresentaram cargas fatoriais satisfatórias, restando, desse modo, uma versão final de 14 itens.

A versão curta da ECVS apresentou evidências de validade de conteúdo (Dimitrov, 2012), com base nos critérios estabelecidos por Beaton et al. (2000), que contemplam aspectos semânticos, linguísticos, culturais, conceituais e de clareza. Esse processo envolveu uma revisão sistemática por especialistas, com o objetivo de verificar a adequação da tradução ao contexto brasileiro. Adicionalmente, foi avaliada a validade de face (Dimitrov, 2012), de caráter mais subjetivo, relacionada à percepção dos respondentes quanto à clareza e compreensibilidade dos itens. Os resultados indicaram que o instrumento é coerente e compreensível para a população-alvo.

A presente escala também apresentou consistência interna estatisticamente satisfatória (Cronbach & Meehl, 1955) e bons índices de ajuste do modelo (Kline, 2015), o que indica evidências de validade fatorial. Mas, além disso, a medida apresentou validade baseada com medidas externas (American Educational Research Association et al., 2014), como a validade convergente com a Escala de Aceitação dos Mitos do Estupro (Payne et al., 1999; Scarpati et al., 2014), obtendo relações fortes entre as variáveis (e.g., > 0.70), isto é, essa validade se refere ao grau em que duas medidas estão teoricamente relacionadas, o que, de fato, foi comprovado pelas correlações entre as duas medidas de crenças.

As médias de resposta obtidas nos dois estudos indicaram, de modo geral, baixo endosso das crenças relacionadas à violência sexual. Entretanto, foram observadas diferenças entre os sexos quanto à média dessas crenças. Nas duas amostras, os homens apresentaram médias maiores de aceitação da violência sexual em relação às mulheres. Esse dado reflete uma crença que pode ser predisposta em vários mecanismos psicológicos e comportamentais futuros, principalmente para culpabilizar a vítima, e não culpabilizar o agressor (Brickman et al., 1982).

O presente estudo não está isento de limitações, como a utilização de uma amostra padronizada populacional em diferentes regiões do país. Recomenda-se a aplicação em outras regiões que possam existir diferenças culturais, educacionais e regionais que podem influenciar no endosso dessas crenças. Além disso, a presente amostra foi composta predominantemente por participantes heterossexuais; portanto, recomenda-se uma amostra com equiparação quanto à orientação sexual (e.g., LGBTQIAPN+), para identificar se existem diferenças quanto à aceitação. Os dados apresentaram que os homens aceitaram mais a crença acerca da violência sexual, mas, ainda assim, recomenda-se uma equiparação quanto ao sexo dos participantes. Além disso, a presente escala é de autorrelato; logo, existe uma variável de desejabilidade social que não foi verificada no presente estudo, o que se recomenda também é uma forma de controle desses relatos, como estudo experimental relacionando com essas crenças.

De modo geral, o conjunto de evidências de validade (conteúdo, construto e medidas externas) sustenta a adequação da versão curta da ECVS, indicando que se trata de um instrumento confiável e útil para pesquisas e intervenções em contextos clínicos, jurídicos e educacionais. A validação da escala permite identificar crenças que influenciam o grau de aceitação da violência sexual, especialmente entre profissionais que atuam em contextos de vulnerabilidade social. O instrumento também se destaca pela aplicação rápida e pela capacidade de gerar dados consistentes, os quais podem subsidiar intervenções comportamentais voltadas à promoção de uma escuta qualificada e crítica sobre a violência sexual. Ademais, estratégias de prevenção tendem a ser mais eficazes quando desenvolvidas de forma integrada em diferentes contextos, com destaque para o ambiente escolar como um espaço privilegiado para ações iniciais de sensibilização e educação.

Contribuição dos autores

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros: conceitualização; curadoria de dados; obtenção de financiamento; investigação; recursos; validação; redação do rascunho original do manuscrito.

Tamyres Tomaz Paiva: conceitualização; análise formal; metodologia; software; validação; visualização; redação, revisão e edição do manuscrito.

Carlos Eduardo Pimentel: conceitualização; metodologia; administração do projeto; software; supervisão; validação; visualização; redação, revisão e edição do manuscrito.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil, código de financiamento 001.

Conflitos de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses relacionados a este estudo.

Considerações éticas

Seguiram-se as recomendações éticas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Disponibilidade de dados

Os dados não se encontram disponíveis nas plataformas.

Uso de IA

Foi utilizada inteligência artificial, mediante a elaboração de *prompts* específicos, exclusivamente para auxiliar na correção gramatical, na revisão da pontuação e no aprimoramento da coerência textual. O conteúdo, as interpretações, as análises e as conclusões são de responsabilidade dos autores.

Referências

Amnesty International (2024). *Submission to the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women, 88th session, 13-31 May 2024*. https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/brazil/report-brazil/

Abbey, A., Zawacki, T., Buck, P. O., Clinton, A. M., & McAuslan, P. (2004). Sexual assault and alcohol consumption: What do we know about their relationship and what types of research are still needed? *Aggression and violent behavior*, *9*(3), 271-303. https://doi.org/10.1016/S1359-1789(03)00011-9

Allen, M., & Devitt, C. (2012). Intimate partner violence and belief systems in Liberia. *Journal of Interpersonal Violence*, *27*(17), 3514-3531. https://doi.org/10.1177/0886260512445382

Beaton, D. E., Bombardier, C., Guillemin, F., & Ferraz, M. B. (2000). Cross-cultural adaptation of self-report measures. *Spine, 25*(24), 3186-3191. https://doi.org/10.1097/00007632-200012150-00014

Brasil. (2006). *Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Cheeseborough, T., Overstreet, N., & Ward, L. M. (2020). Interpersonal sexual objectification, Jezebel stereotype Endorsement, and justification of intimate partner violence toward women. *Psychology of Women Quarterly*, *44*(2), 203-216. https://doi.org/10.1177/0361684319896345

Caridade, S. (2018). Violência no namoro: contextualização teórica e empírica. Em S. Neves, & A. Correia (Eds.), *Violências no namoro* (pp. 9-40). Edições ISMAI.

Cerqueira, D., & Bueno, S. (Coords.). (2024). *Atlas da violência 2024*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031

Cronbach, L. J., & Meehl, P. E. (1955). Construct validity in psychological tests. *Psychological Bulletin, 52*(4), 281-302. https://doi.org/10.1037/h0040957

Dimitrov, D. M. (2012). Statistical methods for validation of assessment scale data in counseling and related fields. American Counseling Association.

Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology, 70*(3), 491-512. https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491

Hutz, C. S., Bandeira, D. R., & Trentini, C. M. (Eds.). (2015). *Psicometria*. Artmed.

Martins, S., Machado, S., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica, 30*(1-2), 177-191. https://doi.org/10.14417/ap.546

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). *Manual de escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C.V.C.) e do inventário de violência conjugal (I.V.C.): escalas de avaliação e manual*. Editora Psiquilíbrios.

Moura, J. Q. de., Habigzang, L. F., Matos, M., & Gonçalves, M. (2021). Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECV): versão brasileira. *Psico-USF*, *26*(4), 603-616. https://doi.org/10.1590/1413-82712021260401

Murray, C., Calderón, C., & Bahamondes, J. (2023). Modern rape myths: Justifying victim and perpetrator blame in sexual violence. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *20*(3), Artigo 1663. https://doi.org/10.3390/ijerph20031663

Kline, R. B. (2015). *Principles and practice of structural equation modeling*. The Guildford Press.

Kifle, M. E., Aychiluhm, S. B., & Anbesu, E. W. (2024). Global prevalence of intimate partner violence during the COVID-19 pandemic among women: Systematic review and meta-analysis. *BMC Women's Health*, *24*(1), 127. https://doi.org/10.1186/s12905-023-02845-8

Koss, M. P., Dinero, T. E., Seibel, C. A., & Cox, S. L. (1988). Stranger and acquaintance rape: Are there differences in the victim's experience? *Psychology of Women Quarterly*, *12*(1), 1-24. https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1988.tb00924.x

Linhares, L., Torres, A., & Diniz, F. (2022). "But she was drunk": Sexual violence and blaming the victim. *Psicología, Conocimiento y Sociedad, 12*(1), 84-109. https://doi.org/10.26864/PCS.v12.n1.4

Organização Mundial da Saúde. (2023). *Violência contra as mulheres*. https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women

Paiva, T. T, & Pereira, C. R. (2021). The role of justice in the relationship of sexism and violence against women. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, *55*(3), Artigo e1591. https://doi.org/10.30849/ripijp.v55i3.1591

Paiva, T. T., Pimentel, C. E., & Moura, G. B. de. (2017). Violência conjugal e suas relações com autoestima, personalidade e satisfação com a vida. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, *10*(2), 215-227.

Payne, D., Lonsway, K., & Fitzgerald, L. (1999). Rape myth acceptance: Exploration of its structure and its measurement using the Illinois Rape Myth Acceptance Scale. *Journal of Research in Personality*, *33*(1), 27-68. https://doi.org/10.1006/jrpe.1998.2238

Scarpati, A. S., & Pina, A. (2017). On national and cultural boundaries: A cross-cultural approach to sexual violence perpetration in Brazil and the United Kingdom. *Journal of Sexual Aggression, 23*(3), 312-327. https://doi.org/10.1080/13552600.2017.1351265

Scarpati, A. S., Guerra, V. M., & Duarte, C. N. B. (2014). Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade. *Avaliação Psicológica, 13*(1), 57-65.

Souza, E. R., & Adorno, R. C. F. (2012). A notificação da violência contra a mulher no Brasil: impacto na vida e na saúde das vítimas. *Ciência & Saúde Coletiva, 17*(4), 1101-1110. https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000400011

Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Roberto Pereira, C., Tomaz Paiva, T., & Nascimento de Lima, D. C. (2024). O papel das atitudes frente às mulheres na credibilidade das vítimas de violência sexual. *Psicologia Argumento*, *42*(117), 499-519. https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.117.AO06

Wegner, R., Abbey, A., Pierce, J., Pegram, S. E., & Woerner, J. (2015). Sexual assault perpetrators' justifications for their actions: Relationships to rape supportive attitudes, incident characteristics, and future perpetration. *Violence Against Women*, *21*(8), 1018-1037. https://doi.org/10.1177/1077801215589380

World Health Organization. (2020). COVID-19 and violence against women: What the health sector/system can do. https://www.who.int/publications/i/item/covid-19-and-violence-against-women

Recebido em: setembro 24, 2024
Aceito em: agosto 31, 2026